

Existem vários pactos políticos em curso como resultado dos deslocamentos sociais ocorridos nos últimos 20 anos. Aquelas que vierem a se materializar ainda continuarão a depender tanto do engenho e arte das elites políticas, quanto do fermento social brasileiro. Terão maior possibilidade de sucesso na medida em que se tome consciência da efetiva estatura dos interlocutores. No que diz respeito ao Brasil, vocês sabem com quem estão falando?

Nos últimos 20 anos o País cresceu, urbanizou-se, capitalizou-se, reestruturou-se ocupacionalmente e reordenou-se socialmente. Em 1964 a economia brasileira encontrava-se em período de retração, que permaneceu até 1967. A partir de 1968, o Produto Interno Bruto voltou a crescer a taxas bastante elevadas até 1976 (cerca de 10% em média por ano). De 1977 a 1980, a taxa de crescimento estabilizou-se em torno de 6% ao ano, entrando em recessão desde 1981.

Registre-se como indicador do tipo de crescimento verificado, a transformação da pauta de exportações brasileiras. Enquanto em 1968 os produtos primários e industrializados correspondiam, respectivamente, a 79% e 20% das exportações, em 1980 a participação dos primeiros já decrescera para 42%, aumentando a dos segundos para 56,5%, sendo que 45% dos produtos industrializados exportados eram manufaturados.

O trabalhador sai do campo e a cidade se transforma

Entre 1940 e 1980 manteve-se sustentado o empenho na industrialização do País tendo crescido a contribuição do setor secundário (industrial) para a formação do Produto Interno Líquido, de 19,4% em 1940 para 34% em 1980. A participação da indústria de transformação de bens de consumo não duráveis decresceu durante todo o período (1949-1980), enquanto cresceu consistentemente a participação da produção de bens intermediários e de consumo duráveis. Quanto aos bens de capital, observa-se que o patamar inicial estabeleceu-se entre 1950 e 1960, variando acima dos 10% nas duas décadas seguintes.

A população urbana brasileira, que constituía 31,2% da população total, em 1940, passou a 67,6% desse total em 1980, sendo que em 1960 a população rural ainda era majoritária, correspondendo a 55,3% da população total. Embora a tendência para a urbanização seja universal, é necessário atentar para a velocidade que o processo adquiriu no Brasil no último vintém. Tome-se como exemplo a relação entre a população urbana e rural (PU/PR), que era de 0,57 em 1950, passando a 0,82 em 1960 e a 2,1 em 1980. Ou seja, se em 1950 havia cerca de meia pessoa vivendo em áreas urbanas para cada habitante rural, em 1980 já existiam dois habitantes urbanos para cada habitante rural.

A mudança na estrutura do emprego tanto no campo quanto nos setores industriais, em consequência da industrialização e da urbanização, revela a imagem de assalariamento veloz da economia. Se a diminuição dos trabalhadores por conta própria, no campo, não diminui significativamente entre 1970 e 1980, passando de 40,67% do total das posições, em 1970, para 39,40%, em 1980, outro é o quadro quando são consideradas as categorias de parceiro/meeiro e empregado/volante (bóia-fria). Os parceiros/meeiros diminuem de 12,77% do total, em 1970, para 6,89%, em 1980, enquanto a participação dos empregados volantes sobe de 25,38%, em 1970, para 35,11%, em 1980.

Enquanto a indústria moderna cresce, o campo se organiza.

O mesmo fenômeno processou-se entre os trabalhadores manuais nos setores industriais urbanos, quando as indústrias são dicotomizadas entre tradicionais e modernas. Se o número de empregados por conta própria, no setor tradicional, aumenta em três pontos percentuais entre 1970 e 1980, a proporção de assalariados, no setor moderno, aumenta cerca de 2,5 pontos percentuais durante a década, chegando a atingir, em 1980, 88,67% do total da população empregada no setor.

A reestruturação e capitalização acelerada da economia refletiram-se na distribuição setorial da população economicamente ativa. Entre 1940 e 1980, a porcentagem da população economicamente ativa no setor primário da economia diminuiu de 65,8% para 29,9%, a do setor secundário aumentou de 10,4% para 24,4%, a do terciário de 19,9% para 36,7%, e a do setor governamental também subiu de 2,7% em 1940 para 4,1% em 1980. Esse deslocamento é comparativamente superior a 40 anos de acumulação na Inglaterra (1801-1841), 40 anos nos Estados Unidos (1870-1910) e a 30 anos na União Soviética (1929-1958).

Em consequência, entre 1960 e 1980 subverteu-se crucialmente a relação entre a magnitude do operariado ocupado nas indústrias tradicionais de transformação e a do operariado envolvido na dinâmica da acumulação na ponta da industrialização brasileira. Embora o setor moderno tenha experimentado considerável salto no período entre 60 e 70, é na última década que ocorre a passagem dos 50% a favor do operariado de ponta, correspondendo a uma diferença bruta de três milhões novecentos e três mil empregados, cerca de 40% a mais do que o operariado do setor tradicional.

A escala de transformação da infra-estrutura da sociedade e dos deslocamentos populacionais e ocupacionais dos últimos 20 anos não poderia deixar de produzir alterações nas formas de representação e nos padrões de comportamento dos grandes agregados sociais — empresários, operários, camponeses, classes médias. Até o início dos anos 60 a inserção social e polí-



jornal da tarde

O SEU CADERNO DE PROGRAMAS E LEITURAS

Você sabe com quem está falando



O que mudou no Brasil?
As respostas,
na análise
de Wanderley
Guilherme
dos Santos.



Os novos interlocutores são resultado das profundas mudanças sociais e econômicas que o País viveu nos últimos 20 anos

tica do empresariado se fazia por intermédio da estrutura sindical criada na década de 30, tal como a do sindicalismo operário e, como esta, apêndice do aparato estatal. Após 20 anos de diversificação industrial o quadro é radicalmente distinto, com o aparecimento de estruturas paralelas de representação. O número de empresas (114) representadas pela Associação Brasileira para o Desenvolvimento de

Indústrias de Base (Abdib) em 1978, por exemplo, dá conta da densidade da representação do órgão, da ampliação do setor e, em particular, reflete a importância da década de 70 como marco da liberalização institucional.

Criada ao mesmo tempo que a patronal, a estrutura sindical operária não se alterou até o presente, em sua forma básica. É necessário ter em conta a mudança na escala da representa-

ção, entre 1960 e 1978. O número de sindicalizados urbanos aumentou de 3vezes e meia e atingiu, em 1979, a mais de cinco milhões de pessoas. Tomando-se o número de sindicalizados em 1976 como base 100, verifica-se, em três anos, que o total de sindicalizados cresceu em cerca de 59%. Mesmo o sindicalismo industrial evoluiu significativamente, passando de 1.239.393 operários sindicalizados, em 1970, para

2.507.026, em 1978, um crescimento de 102% em oito anos, bastante superior aos 70% de aumento na década 1960-1970.

Em matéria de ineditismo nada é talvez comparável à revolução rural. A partir de meados dos 70 congregam-se os camponeses em sindicatos e, desde então, o crescimento organizacional do campo é simplesmente espetacular. De 1975 a 1983 os sindicalizados passam, em números absolutos, de pouco mais de três milhões para mais de 8 milhões de pessoas, correspondendo a um acréscimo de 174% e compreendendo hoje mais de 50% dos sindicalizados em todo o País, embora não ultrapassem os 30% da população econometricamente ativa.

Novas formas de participação política derrubam instituições

O assalariamento da classe média liberal tradicional, os profissionais autônomos, deu origem a uma tendência organizatória crescente como forma de reinserção sócio-política na nova realidade do País. A essa evolução organizacional não deixou de corresponder maior agressividade de comportamento. A partir de 1979, o número de movimentos grevistas dos assalariados de classe média e de serviços tem sido consistentemente maior do que o número relativo aos trabalhadores industriais. Ao mesmo tempo, a decadência do funcionalismo público da administração direta, em prestígio e renda, deu lugar à emergência ou revitalização de associações de servidores públicos e à incidência de movimentos grevistas que são, segundo as leis vigentes, ilegais.

Enfim, a estrutura social brasileira contemporânea ordena-se no interior das modificações sofridas por pelo menos quatro grandes atores sociais: o empresariado, o operariado, os trabalhadores rurais e a complexa classe média. Quais são alguns dos desafios políticos daí decorrentes?

A desordem é criadora, afirmava Virgílio Santa Rosa no início dos anos 30, porque ela põe a nu as tensões e contradições reais, freqüentemente mascaradas e escondidas pelos acordos de cúpula oligárquicos e por instituições inadequadas. Em certo sentido, fiz breve resumo genealógico da saudável desordem contemporânea. A desordem criadora transparece politicamente sob três formas principais: A) em uma reponderação do peso político dos atores tradicionais, acrescida do alargamento do número desses mesmos atores; B) na emergência de um sem-número de formas organizadas de participação política, ao lado do tradicional sistema partidário-representativo; C) na reestruturação do próprio sistema de representação partidária.

Até meados dos anos 50, aproximadamente, empresários e proprietários de terras equivaliam-se em peso político, seguindo-se as classes médias e os sindicatos urbanos. O campesinato, a rigor, não contava para coisa alguma. A partir dos anos 50 o empresariado urbano, particularmente o industrial, adquiriu maior peso específico do que os proprietários de terra. Durante a segunda metade da década começavam a surgir as primeiras tentativas de organização dos trabalhadores rurais. Entretanto, tanto a independência relativa que o empresariado e o sindicalismo urbano começam a adquirir em relação ao Estado, no início dos anos 60, quanto o movimento associativo do campesinato, são drasticamente reduzidos com o movimento de 64.

A participação política se estende e ultrapassa os partidos

O panorama contemporâneo é radicalmente distinto. A capacidade de organização e combate do empresariado e do sindicalismo industrial é incomparavelmente superior à do passado. As associações de classe média instauraram novo padrão de participação política. E, em particular, o sindicalismo rural constitui algo de absolutamente inédito na história brasileira. As instituições arcaicas não conseguem mais dar conta dos conflitos gerados por uma sociedade modernizada. Ao mesmo tempo, ainda não estão sedimentadas as rotinas que permitirão desvendar a distribuição de poder específico na nova ordem. A nova hierarquia social se estabelecerá justamente como resultado da competição política que se fará daqui para a frente, desimpedida das amarras da ordem decadente.

A gestação de uma nova ordem no Brasil se faz em um período mundialmente caracterizado pela multiplicação de formas participatórias, ademais da forma representativo-partidária. O mesmo fenômeno ocorre no Brasil, onde a emergência de um sem número de organizações civis, não diretamente políticas, reflete a diferenciação social e a multiplicação e entrecruzamento de linhas de conflito. O último lance do processo industrializante brasileiro provocou deslocamentos sociais maiúsculos, induzindo por isso mesmo o aparecimento de formas novas de participação política. É necessário reconhecer que a forma de participação pela via partidário-representativa não esgota as exigências modernas de participação. A dinâmica da reestruturação partidária será tanto mais nítida quanto mais se admite que o papel dos partidos consiste não somente em representar correntes de opinião, mas ajudar a administrar a participação política de outros tipos de entidades associativas.

Por tudo isso, um pacto social no Brasil contemporâneo só será eficaz se estiver enraizado em novo conjunto de valores que expressem a dinâmica de uma sociedade redesenhada. O estrito acordo entre lideranças de elites estará fadado ao insucesso, mesmo se o acordo estiver assentado em sólida boa-fé. Quando se falar do Brasil, hoje, é melhor saber com quem se está falando.